

10º Congresso Nacional da União Brasileira de Mulheres

“Gilse Cosenza”

Em defesa da democracia: nenhum direito a menos!

INTERNACIONAL

A crise tem um efeito especialmente nefasto sobre as mulheres trabalhadoras. Se sob o capitalismo as mulheres ingressaram no mundo do trabalho remunerado de maneira profunda e estruturalmente desigual, com a crise essas desigualdades se aprofundam exponencialmente. O mundo atravessa hoje um momento histórico fortemente instável e beligerante. A ordem mundial hegemônica pelos EUA como única superpotência global dá sinais claros de estar em crise. O relativo declínio da superpotência norte-americana, o ascenso de outros atores no cenário internacional

e a tentativa vã de manter sua hegemonia a qualquer custo, ampliam as agressões imperialistas contra os países e povos. Há um claro redesenho geopolítico em curso, onde, aparentemente, não cabe mais o domínio multipolar de um único país.

Esse redesenho geopolítico é marcado pelo surgimento de novos polos de poder econômico, político, diplomático e militar, com destaque para os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A grande China, um país socialista, desponta como a principal economia do mundo e um fator preponderante nas relações internacionais. A Rússia recupera seu protagonismo e posiciona-se ativamente nas disputas geopolíticas. No Oriente Médio, a força do Irã polariza com os interesses do sionismo do Estado de Israel e dos próprios EUA. Tais movimentos entram em choque com os EUA e seus aliados, marcadamente a União Europeia.

O capitalismo passa por uma longa e aguda crise sistêmica, estrutural, há quase 10 anos. As classes dominantes, que se beneficiaram fartamente da hiperfinanceirização econômica e do agigantamento do capital especulativo, tentam jogar sobre o proletariado a conta da crise que ela mesma gerou. E, a despeito dos imensos sacrifícios impostos às trabalhadoras e trabalhadores do mundo inteiro, as classes dominantes não têm conseguido apresentar uma saída para a crise e a retomada do crescimento econômico, em inequívoca demonstração da incapacidade do sistema capitalista em garantir crescimento econômico e prosperidade para a humanidade.

Ampliação do desemprego, diminuição dos salários e retirada de direitos afetam especialmente as mulheres, que já possuem remuneração inferior em relação aos seus colegas do sexo masculino, estão geralmente alocadas em trabalhos precários e em funções menos qualificadas. Além disso, a redução do papel do Estado e dos equipamentos sociais — tais como creches e saúde públicas — têm impacto direto na vida das mulheres. Ou seja, se o capitalismo se estrutura sobre a desigualdade de gêneros, a crise amplia ainda mais essa desigualdade multidimensional e estruturante do próprio capitalismo. Ou seja, mais do que nunca, para as mulheres, se coloca a necessidade da transição ao socialismo, sistema capaz de propiciar qualidade de vida, igualdade de gênero, e um novo patamar civilizatório para a humanidade.

O quadro internacional se caracteriza, fundamentalmente, pela ofensiva imperialista de EUA e aliados contra a soberania e os direitos dos povos na tentativa de reverter seu declínio e impor, à força, sua hegemonia. Afora os domínios econômico, cultural e diplomático, os EUA conduzem uma estratégia essencialmente intervencionista e beligerante para garantir-lhes um domínio multidimensional de amplo espectro do globo, podendo levar o mundo a perigosos conflitos e guerras. Este cenário de crescente beligerância e conflitos militares é especialmente pernicioso para as mulheres, principais vítimas dos estupros perpetrados pelos exércitos invasores. A violência sexual praticada sistematicamente ainda é largamente utilizada como arma de guerra em zonas de conflito por todo o mundo, suas vítimas são, sobretudo, mulheres civis — de todas as faixas etárias — dos territórios ocupados.

Para além disso, no mundo todo, vê-se a ascensão de uma onda conservadora, de direita e de cunho fascista. Como em outros momentos na História, em meio à crise estrutural do sistema capitalista, as classes dominantes se apropriam, demagogicamente, do discurso nacionalista para a defesa de uma pauta regressiva no plano social, reacionária no plano político, ideologicamente obscurantista, antifeminista e antiesquerda. Dissemina-se o individualismo exacerbado, ataca-se a democracia, procura-se excluir as forças progressistas dos parlamentos e criminalizar as lutas sociais. Além disso, um pesado componente misógino acompanha essa onda conservadora e fascista: retrocessos nos direitos das mulheres, intensa mercantilização de seus corpos, discursos de ódio e aumento significativo das múltiplas formas de violência de gênero contra as mulheres ocorrem em todo o mundo em maior ou menor grau.

Tendo a crise do capitalismo como pano de fundo, acirra-se a luta de classes em escala global. A amplificação da ofensiva imperialista contra direitos, liberdades e soberania nacional incita a luta democrática, nacional e libertadora. De diversas formas e graus em seus componentes nacional e social, trata-se de luta de classes multifacética, combinada com fatores democráticos e nacionais convergindo para o esteio da luta anti-imperialista. Este enfrentamento torna-se prioritário para a luta feminista neste momento. A história demonstra que somente sob a democracia é possível avançar nos direitos específicos das mulheres e que, no caso dos países em desenvolvimento, somente em cenários de governos soberanos e progressistas há espaço para promover, garantir e ampliar os direitos conquistados. Ou seja, para as mulheres, ganha centralidade a questão nacional e democrática. Faz-se necessário construir alternativas que garantam a soberania das nações, a prosperidade e desenvolvimento dos países, com integração baseada na cooperação mútua entre Estados e povos, democracia, direitos sociais e paz.

O cenário mundial de crise e beligerância desvela de maneira inequívoca a incapacidade atávica do capitalismo em responder aos anseios de paz, desenvolvimento e progresso social para os povos. Para as mulheres, em nenhum país capitalista, mesmo os mais avançados, há perspectiva de igualdade de gênero para além das legislações. O capitalismo alcança apenas a igualdade formal, em texto de lei, porém, em maior ou menor grau, as mulheres sofrem com as desigualdades de gênero. Isso porque o capitalismo engendra e se sustenta, precisamente, sobre essas diferenças, desigualdades e explorações: de classe, de gênero, de raça.

Para a emancipação geral das mulheres e da humanidade, é necessária uma outra forma social, superior, capaz de abrir espaço para a construção da igualdade material entre mulheres e homens: o socialismo. A Revolução Russa de 1917 representou um marco desta luta. Foi a primeira experiência socialista longa da História da Humanidade e, não por acaso, pela primeira vez, as mulheres viram o alvorecer de uma sociedade libertadora, que rompia com as correntes do passado patriarcal e opressor às mulheres e inaugurava a era da promoção dos direitos e da superação do machismo. Foi o primeiro Estado a ter uma mulher no primeiro escalão do governo, a Comissária do Povo (cargo equivalente a ministra de Estado),

feminista, Alexandra Kollontai. A primeira nação a igualar homens e mulheres no direito de família. O primeiro país a legalizar o aborto, ao passo que universalizou as creches. Pela primeira vez na história as mulheres invadiram o mundo público com o apoio do Estado: foram às escolas, às universidades, às fábricas, aos centros de desenvolvimento científico e tecnológico, foram ao espaço! Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o protagonismo feminino e a valorização do papel das mulheres foi uma marca indissociável do processo revolucionário, ainda que este não tenha sido linear.

Fruto de diversas contradições e problemas internos e externos, esta primeira experiência socialista foi derrotada. Contudo, deixou marcas profundas na história e na luta dos povos e por soberania, paz e desenvolvimento, bem como na luta das mulheres por equidade. No centenário da mais importante experiência social da humanidade, a luta pelo socialismo do século XXI — que deve ser social, política e ideológica — deve conter de forma indissociável a componente feminista em sua agenda. Acreditar que a pura conquista do socialismo garantirá a equidade entre homens e mulheres é não compreender a profundidade ideológica da opressão de gênero. É necessária uma abordagem específica que coloque na agenda da luta socialista, desde já, a questão da emancipação das mulheres. A História nos mostra que, no que tange a emancipação da mulher, só o socialismo não é suficiente. Mas, sem o socialismo, não é possível. Neste sentido, faz-se necessário também localizar qual o lugar e o papel que a luta feminista emancipacionista tem a cumprir na nova luta pelo socialismo, bem como no enfrentamento à onda reacionária em escala global.

A ofensiva conservadora na América Latina está em curso, contudo, Cuba, Venezuela, Uruguai, Chile, Bolívia, Nicarágua, Equador, El Salvador e República Dominicana resistem com governos situados no campo progressista, ainda que de conteúdos e características distintos entre si. No que tange à questão da equidade de gênero, Cuba permanece sendo o país que mais respeita e promove os direitos das mulheres no continente, com a maior participação nos espaços de poder e decisão (48,9% do parlamento cubano é composto por mulheres) e amplo respeito aos direitos sexuais e direitos reprodutivos das cidadãs cubanas. Também na Bolívia vêm havendo progressos na promoção da equidade de gênero com a política intitulada Despatriarcalização do Estado. Em El Salvador, a criação de um órgão específico para a promoção de políticas públicas para as mulheres e a promulgação da lei que criminaliza todas as formas de violência contra a mulher também representaram um grande avanço na garantia dos direitos humanos das salvadorenhas. Mas o fato de Brasil e Argentina, os dois maiores países da região, estarem sob governos de direita representa uma dificuldade para as forças patrióticas e progressistas.

A desestabilização política e econômica do Brasil integra a agenda imperialista e do capital financeiro para refrear as mudanças geopolíticas em curso. O golpe de Estado foi dado com este propósito. Argentina e Brasil atuam de maneira combinada em relação aos demais países da região, com objetivo principal de solapar o processo de integração regional e realinhar a região subalternamente aos EUA e à Europa. Este é um dos principais impactos do golpe de Estado no Brasil e da vitória eleitoral da direita no país vizinho.

NACIONAL

O Brasil viveu um ciclo de governos progressistas iniciado em 2003, interrompido com o golpe de Estado de 2016. Portanto, foram 15 anos de governos democráticos e populares. A experiência mais longa do que qualquer outra de forças democrático-populares no Governo Federal do país. É necessário avaliar o ciclo para dele tirar lições e apontar saídas para a profunda crise econômica, política e institucional em que o Brasil se

encontra. Há um legado desta experiência que precisa ser sistematizado e valorizado, de um lado, assim como os limitadores, insuficiências e erros, que devem ser criticados, de outro.

O balanço do ciclo se baliza, de um lado, pelo Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND), caminho brasileiro para o socialismo e para a emancipação das brasileiras, propugnado pela UBM desde seu 8º Congresso, e, por outro, os erros cometidos na condução do mesmo, contingências e as próprias movimentações dos setores conservadores para derrotá-lo.

Trata-se de um período em que o Estado brasileiro recuperou seu papel de indutor do desenvolvimento; a política externa foi ativa e afirmativa da soberania nacional e promotora da integração regional; houve crescimento econômico associado à distribuição de renda, à redução das desigualdades sociais e regionais; e resgatou-se o processo de construção da democracia. Em maior ou menor grau, as mulheres brasileiras foram grandes beneficiadas nesses processos.

Tais processos significaram uma importante viragem na trajetória do país, após duas décadas perdidas, especialmente após a década de 1990, quando houve grave retrocesso neoliberal. O país se reergueu, voltou a se desenvolver e promoveu progresso social. Interrompeu as privatizações e reforçou as empresas estatais. Jogou peso em setores importantes e estratégicos como a engenharia nacional, a indústria naval, a cadeia de petróleo e gás, e o projeto de submarino nuclear de tecnologia nacional. O Brasil seguia um rumo que o posicionaria enquanto nação, cada vez mais, soberana, próspera e democrática. Rumo este interrompido pelo golpe de Estado. Entretanto, em que pesem os erros, o ciclo demonstrou também que as forças democráticas, de esquerda, têm capacidade de governarem exitosamente o país.

O golpe de Estado expôs as deficiências e erros acumulados pelo projeto encampado pelas forças de esquerda e progressistas. A UBM, enquanto integrante dos movimentos sociais que, mesmo criticamente, deram sustentação a este projeto, deve jogar luz sobre este período no sentido de extrair lições deste processo.

Um dos aspectos centrais foi a errônea e errática condução da política econômica, como a UBM já vinha apontando. Vigorou uma política econômica híbrida: uma orientada para o desenvolvimentismo, enquanto a outra favorecia o rentismo. Manteve-se — com leve inflexão durante segundo governo Lula e começo do primeiro governo Dilma — o tripé macroeconômico ortodoxo, agravando a perda de competitividade da indústria e represando o desenvolvimento. Parte significativa do Orçamento Federal foi para os rentistas através do pagamento de juros e serviços da dívida pública. Não se priorizou o desenvolvimento contínuo a taxas elevadas, tão necessário para avançar no NPND. Revelaram-se insuficientes os investimentos na infraestrutura do país, na produção científica e tecnológica e na inovação que pudessem elevar a capacidade produtiva do país.

Outro erro que se mostrou gravíssimo foi a manutenção da estrutura conservadora do Estado. Modernizar e democratizar sua estrutura foi uma necessidade totalmente ignorada. Ao contrário, guiado por um “republicanismo ingênuo”, permitiu-se a autonomização de setores inteiros da máquina estatal, capazes de desequilibrar o equilíbrio entre os Poderes da República — como setores do Poder Judiciário, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal —, que ficaram livres para tramar e operar partes fundamentais do golpe.

Da mesma forma, houve uma grande subestimação do risco que representava à democracia e às forças populares e progressistas o monopólio dos meios de comunicação. Pior: o governo cevou a grande imprensa com largas somas de verbas publicitárias estatais. Nenhuma iniciativa no sentido de regulamentar os artigos da Constituição Federal que vedam o monopólio no setor foi tomada. O sistema de comunicação pública, a

blogosfera progressista, a rede de rádios e TVs comunitárias, que poderiam ter jogado um importante papel na disputa política e ideológica da sociedade, padeciam de extrema escassez de recursos.

Apesar das quatro vitórias eleitorais consecutivas do campo democrático e popular, não se conseguiu ganhar a consciência política das camadas populares. A luta de ideias foi subestimada, seja pelo governo, pela esquerda partidária ou pelos movimentos sociais, a quem cabe mobilizar e conscientizar o povo. Isso mostra quão complexo e longo é o processo de construção da hegemonia e acumulação de forças. O marco da perda de hegemonia política da esquerda se deu no âmbito das manifestações de junho de 2013 e consumou-se a virada pró-forças neoliberais no decorrer de 2015, quando, no esteio da recessão econômica, a direita novamente instrumentalizou a bandeira do “combate à corrupção” para criminalizar a esquerda e a própria política.

O escândalo do “mensalão”, em 2005, já havia demonstrado a necessidade premente de uma reforma política que fortalecesse o Estado, ampliasse a democracia, acabasse imediatamente com o financiamento empresarial de campanha e retirasse a atividade política da condição secular de refém do poder econômico. A UBM foi, dentre as entidades do movimento feminista, a que mais se empenhou por uma reforma política democrática, condição indispensável para uma maior participação das mulheres e setores populares nos espaços de poder e decisão. Entretanto, o governo não se empenhou devidamente pelo fim do financiamento empresarial e permaneceram graves as distorções entre poder público e capital. Sem essa reforma, o governo ficou sob um verdadeiro campo minado que, estruturalmente, o expôs a escândalos de corrupção – os quais, manipulados e potencializados pela grande mídia e pela seletividade do complexo jurídico-policial, provocaram uma fratura na confiança que o povo depositava no governo e na esquerda.

Não ter realizado, mesmo que parcialmente, as reformas estruturais democráticas preconizadas pela UBM e outros entes do espectro progressista revelou-se um grande equívoco. Entre 2007 e 2012 o governo dispunha de correlação de forças favorável para realiza-las, mas optou por não fazê-lo. Carecia de convicção política e firmeza. A não realização destas reformas emperrou o governo e o impossibilitou de levar o desenvolvimento a novos patamares, o que acabou por minar suas bases sociais e políticas de apoio.

A força hegemônica da coalizão, o Partido dos Trabalhadores, também cometeu erros no que tange à condução política: minimizou o papel da esquerda política e dos movimentos sociais. Desde a vitória, a UBM defendeu que os movimentos sociais deveriam estabelecer uma relação de apoio crítico ao governo. Já no primeiro ano do mandato de Lula, afirmávamos que os movimentos sociais deveriam se relacionar com o governo mantendo sua autonomia, criticando-o quando necessário, e impulsionando-o rumo às transformações do Brasil. Vale salientar que essa posição nem sempre foi bem compreendida pelo conjunto dos movimentos sociais. No entanto, a realidade nos mostrou que nossa formulação era acertada e que, nem o adesismo acrítico de alguns setores, nem o criticismo cego de outros, colaboraram para o êxito do campo democrático-popular.

A mobilização política do povo é a força motriz das transformações sociais. Muitos avanços foram conquistados através da mobilização popular. As mobilizações das centrais sindicais e movimentos sociais conquistaram a política de valorização permanente do salário mínimo; a expansão das universidades federais; os 75% dos royalties do petróleo para a educação e os 10% do PIB para o setor. As conferências temáticas, que reuniram milhões de pessoas ao longo do ciclo, jogaram importante papel na elaboração de políticas públicas, tornaram-se espaços de proposição e pressão dos movimentos sociais e deram maior legitimidade às ações do governo, ainda que com limitações concernentes à sua institucionalidade e

compartimentação. Em todos esses eventos e processos, as mulheres estiveram presentes e foram força importante.

Brasil para as mulheres

Nos governos de Lula e Dilma, o país aliou crescimento econômico e distribuição de renda, algo inédito na história do Brasil: foram 36 milhões de pessoas que saíram da condição de pobreza extrema. De 2003 a 2014 foram criados quase 20 milhões de empregos formais e o salário mínimo, sob uma política inédita de reajuste anual, foi um dos principais fatores de mobilidade social para milhões de brasileiras e brasileiros. A valorização do salário mínimo beneficiou sobremaneira as mulheres – entre 2002 e 2016, o SM valorizou-se em 77,2%.

As mulheres são as principais beneficiadas dessas políticas. Em 2014, eram 29%, as mulheres ocupadas que recebiam até um salário mínimo, especialmente as trabalhadoras domésticas e as mulheres negras, por estarem nas ocupações menos valorizadas socialmente. Priorizou-se a expansão dos serviços públicos para as localidades mais pobres, em saúde, educação, habitação e assistência social. As mulheres representavam 80% dos contratos firmados no Programa Minha Casa, Minha Vida, entre 2011 e 2014, o Programa entregou moradias a 832 mil famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único: 77% chefiadas por mulheres. No Programa Água Para Todos, as mulheres representavam 74% e no Luz Para Todos 285 mil famílias chefiadas por mulheres receberam ligações de energia elétrica.

A Educação teve expansão significativa. A partir de 2003 foram criadas 18 universidades federais, quase dobrando o número de matrículas. O Programa Universidade para Todos (ProUni) beneficiou 1,2 milhão de estudantes e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) firmou 2,5 milhões de contratos. Em 2015, do total aproximado de 6 milhões de matrículas no ensino superior, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões de homens. Até 2002, o Brasil possuía apenas 140 escolas técnicas. De 2003 a 2016, 500 novas unidades foram criadas. No Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC – entre 2011 e 2014 o público do programa foi majoritariamente de mulheres negras jovens. Mais de 1,17 milhão (67%) de mulheres se matricularam em cursos de qualificação profissional. Dessas, 53% eram mulheres negras e 45% tinham entre 18 e 29 anos.

Apesar dos muitos avanços na questão da Educação, a derrota política e ideológica do campo democrático e popular quando da retirada do conceito de gênero dos planos nacional e locais de educação, e a manutenção intacta da estrutura curricular conservadora de escolas e universidades, fez com que, mesmo que o ambiente educacional tenha sido mais permeável à presença de mulheres, permaneceu um ambiente hostil a elas e de reprodução do machismo estrutural da sociedade. A Educação brasileira permanece sendo um poderoso veículo de reforço dos papéis e estereótipos de classe, gênero e raça.

A construção da democracia havia sido suspensa durante a década de 1990. Os governos democráticos retomaram esse processo, aliando a questão democrática à questão social. As manifestações populares e entidades foram valorizadas; as centrais sindicais, legalmente reconhecidas. Criaram-se secretarias especiais e programas com vistas à promoção dos direitos humanos. Negras e negros, jovens, LGBT, mulheres, segmentos antes invisíveis aos olhos do Estado, receberam grandes reforços no combate às violências e discriminações. Evidentemente, não foram suficientes para superar os séculos de exploração e opressão acumulados ao longo da história brasileira, mas foram primeiros passos importantes na valorização de setores sociais outrora ignorados e expurgados da esfera pública, o que mostra que, mesmo sob os marcos

do liberalismo, é possível reduzir um pouco as desigualdades sociais, sejam elas baseadas em classe, gênero, raça, orientação sexual, geração, etc. ainda que não seja possível superá-las definitivamente no capitalismo, é possível diminuir o abismo econômico, social e cultural que separa o topo da base da pirâmide.

Só o Programa Bolsa Família, criado em 2003, associava a transferência de renda direta ao acesso a serviços públicos. Foi o programa que mais contribuiu para redução da pobreza e da mortalidade infantil. Através dele a pobreza extrema caiu de 25,5% para 2,5% no Brasil. As mulheres eram as detentoras prioritárias do cartão eletrônico, portanto, eram elas quem decidia a forma como iriam gastar aqueles recursos. Milhões de mulheres, pela primeira vez, poderiam fazer suas próprias escolhas, terem autonomia e, inclusive, serem mais respeitadas em suas comunidades. Em 2014, do total que recebia o Bolsa Família, 93% dos domicílios eram chefiados por mulheres, representando em torno de 13 milhões de famílias. Nos programas sociais, 88% das famílias inscritas eram chefiadas por mulheres, destas 68% eram chefiadas por mulheres negras. Evidenciando dessa forma a concentração da pobreza sobre as mulheres e, marcadamente, mulheres negras. O percentual de famílias negras na condição de pobreza crônica caiu de 30% em 1992 para 15% em 2002 e 1,3% em 2014. Da mesma forma em relação as regiões e por faixa etária.

Participação política

A criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres – SPM elevou a um outro patamar as políticas de Estado e de Governo para as mulheres. Houve significativo reforço, ampliação e valorização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, que passou a ser valorizado em seu papel de controle social. As três Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres reuniram centenas de milhares de mulheres em todo o Brasil, e resultaram em dois planos nacionais de PPM. A promulgação da Lei Maria da Penha, sob Lula, e da Lei do Feminicídio, sob Dilma, também representaram um passo importante no sentido de o Estado reconhecer as especificidades da violência de gênero. Apesar das limitações em sua aplicação, a Lei Maria da Penha representou um forte impacto no imaginário social e na conscientização de milhões de brasileiras.

A participação política da mulher permaneceu baixa, contudo, pela primeira vez na história, uma mulher foi eleita para o posto mais alto da República. A eleição de Dilma Rousseff foi um imenso feito do ponto de vista simbólico e do imaginário social para meninas e mulheres. Todavia, os índices de participação feminina no parlamento brasileiro estão entre os mais baixos da América Latina e as mulheres representam apenas 13% dos cargos eletivos brasileiros, a maioria são mulheres brancas. Isso se deve, por um lado, a ideologia patriarcal que nega às mulheres o poder, e, por outro, à própria estrutura do sistema político-eleitoral brasileiro e sua forma de financiamento. Todas as eleições no período ocorreram sob a chaga do financiamento empresarial de campanha, um fator de distorção democrática que tende a dificultar muitíssimo a vitória de candidaturas populares, mulheres, negros e negras, jovens e LGBT.

Apesar da cota de 30% de mulheres nas chapas dos partidos e da “Mini-Reforma Política” de 2009 ter instituído algumas vitórias pontuais para as mulheres, a estrutura de poder do Estado e dos partidos políticos permaneceu, em essência, masculina, branca e velha. Ainda assim, é nítido que o debate acerca das mulheres nos espaços de poder estava posto, prova disso é que as duas Casas Legislativas Federais criaram órgãos especiais para tratar da questão de gênero e suas bancadas femininas ganharam protagonismo inédito. Nos movimentos sociais viu-se um florescer do debate feminista. Inúmeras entidades instituíram cota de participação feminina em suas diretorias. Sindicatos, associações e movimentos criaram diretorias e

coletivos para tratar a questão da discriminação de gênero. Mulheres foram eleitas presidentas pela primeira vez em diversas entidades.

Os planos nacionais de políticas públicas para as mulheres abarcavam um leque grande de eixos temáticos, compreendendo a singularidade da questão da mulher: mais de 50% de uma totalidade, e não um segmento e, muito menos, uma minoria. Por outro lado, há que se observar as diferenças e desigualdades entre as mulheres, tais como raça/etnia, orientação sexual, classe social e geração, este raciocínio norteava todos os três PNPM. Desta forma, aprovaram-se propostas e políticas concernentes às áreas de trabalho, poder e participação política, educação e cultura, saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência sexista. Em que pese certa concepção segmentária, as CNPPM representaram um imenso salto na elaboração das políticas públicas para as mulheres.

Mundo do Trabalho

No mundo do trabalho, de 2004 a 2014, mais de 20 milhões de postos de trabalho formais foram criados, destes, 48% eram de mulheres. No mesmo período, ingressaram no mercado de trabalho 7,1 milhões de mulheres. A PEA feminina recuou de 57,9% para 57,0% entre 2002 – 2014, reflexo da redução do ingresso das mulheres jovens no mercado de trabalho na faixa entre 16 e 24 anos. Dado o contexto econômico mais favorável no período foram incentivadas a permanecer na escola, esse mesmo processo também ocorreu com os homens. As taxas de desemprego entre 2004 e 2014 se reduziu de 11,5% para 8,7%, mas seguem mais elevadas que as taxas masculinas.

Entre as diversas modalidades de contratação, o emprego com registro foi o que mais cresceu, dez pontos percentuais. O emprego doméstico remunerado sem registro reduziu de 13,9% para 11,9%, da mesma forma em que também reduziu o emprego sem registro 2 pontos percentuais. O trabalho não remunerado reduziu de 8,2% para 3,9%, ou seja, uma redução de 1,5 milhão de mulheres nessas condições. Pela primeira vez o emprego protegido, com registro supera a informalidade e a precariedade. As MEI evoluíram de 21.590 em 2009 para 2.103.023 em 2014 um crescimento de 800% em 6 anos. (Comércio, 41%; serviços, 18% e alimentação e alojamento, 13%).

A valorização do salário mínimo beneficiou sobremaneira as mulheres – entre 2002 e 2016 – valorizou-se em 77,2%. As mulheres são as principais beneficiadas dessa política. Em 2014, eram 29%, as mulheres ocupadas que recebiam até um salário mínimo, especialmente as trabalhadoras domésticas e as mulheres negras, por estarem nas ocupações menos valorizadas socialmente.

Desde 2014, as mulheres ocupadas que se declararam negras são maioria no mercado de trabalho, 50,9%, ante os 45% em 2004. Esses números são ainda mais significativos entre as mulheres que se declararam de cor preta, cujo crescimento para o mesmo período foi de 78%. Ainda que o emprego doméstico seja a principal forma de ocupação das mulheres negras, houve um declínio de 21,5% para 17,6%. Nesse mesmo período (2004-2014), o emprego doméstico remunerado sofreu uma redução de 400 mil postos de trabalho.

A elevação da escolaridade entre as mulheres, e, especialmente, entre as mulheres negras, é parte do modelo de transformação mais justo e inclusivo desenvolvido no Brasil nos últimos anos. Em 2014, as mulheres representavam a maioria das pessoas matriculadas no ensino superior, com forte presença de mulheres negras. Entre as mulheres ocupadas, em 2014, 26,8% detinham 12 anos ou mais de escolaridade, entre os homens o percentual era de 17,1%. Ou seja, no intervalo de 10 anos, houve uma evolução de dez

pontos percentuais entre as mulheres. Entretanto, as diferenças salariais entre mulheres e homens ainda segue sendo uma marca das desigualdades.

Em 10 anos (2004-2014), o fosso salarial, medido por rendimento hora, caiu de 82,7% para 84,8%. Entre as mulheres sem instrução e menos escolarizadas as diferenças caíram para 87,1% e 79,5% (1 a 3 anos de escolaridade), respectivamente. Entretanto, entre as mais escolarizadas a diferença é de 68,9%, ante 63,3% em 2004. Contudo, a jornada de trabalho para a reprodução social somada à jornada de trabalho remunerada no trabalho produtivo totalizavam 58 horas, ou seja, 6 horas a mais do que a jornada masculina. Da mesma forma em que a jornada para o trabalho remunerado caiu mais intensamente entre os homens.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desenvolvido pela SPM com o apoio da Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial(SEPPIR), a Secretaria Nacional da Juventude e dos Direitos Humanos, da ONU Mulheres e da OIT, com dez anos de existência, alcançou importantes resultados com vistas a disseminação de uma cultura de equidade de gênero e raça para as empresas, dando maior visibilidade a temas com o compartilhamento das responsabilidades familiares, adequação de uniformes e equipamentos de segurança, ampliação da licença paternidade, entre outros.

Neste contexto, também cresceu a presença de cláusulas de gênero e raça nos instrumentos normativos, a exemplo da licença maternidade para 180 dias como resultado de uma política pública exitosa criada em 2008 pelo governo que estimula, através de benefícios fiscais, todas empresas que estão dentro dos critérios a conceder licença de 180 dias para as trabalhadoras.

A regulamentação do trabalho doméstico foi a maior conquista das trabalhadoras nessa última década, são mais de 6 milhões de mulheres ocupadas nos serviços domésticos, sendo que 68% sem registro e 65% negras. Os rendimentos médios das trabalhadoras sem registro correspondiam a 42% dos rendimentos médios das mulheres. A mudança da legislação foi aprovada em 2013 e as principais conquistas foram: jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamentos das horas extraordinárias, adicional noturno, seguro desemprego, intervalo para descanso, pagamento de horas relativo a viagens, esses direitos se somam a outros já conquistados desde 2006.

Saúde da Mulher

Na saúde, programas como Farmácia Popular, SAMUe Mais Médicos possibilitaram o acesso massivo das camadas mais pobres ao atendimento em saúde. Houve relativo fortalecimento do SUS e, com avanços e recuos, um maior controle sobre o sistema de saúde suplementar. Entretanto, a política neoliberal de manutenção de serviços públicos de saúde via Organizações Sociais (OSs), e o consequente o sucateamento e a precarização do trabalho das e dos profissionais da saúde permaneceu inalterada.

Este modelo de OSs é especialmente perverso para as mulheres, pois é bastante comum que essas organizações sejam ligadas às religiões que tentam impor sua visão de mundo nos serviços públicos de saúde, que devem ser laicos. Desta forma, não raramente se recusam a distribuir pílulas do dia seguinte, preservativos e anticoncepcionais, realizar laqueaduras e abortamentos previstos em lei. No que tange a saúde das mulheres negras, ainda há imenso despreparo dos profissionais de saúde para com as especificidades da saúde da mulher negra, como anemia falciforme, além do racismo estrutural, que resulta em maior índice de violência obstétrica e menores dosagens de anestesia para as parturientes negras.

Violência contra as mulheres

Não há dúvida de que o reconhecimento por parte do Estado da violência contra as mulheres, historicamente denunciada sistematicamente pelo movimento feminista, porém invisível aos olhos do poder público, foi um grande salto na construção de uma cultura de equidade e na proteção da vida, saúde e dignidade das brasileiras. Esse processo estava em construção e teve como marco a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e, posteriormente, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as Mulheres, as Casas da Mulher Brasileira — importante equipamento social instituído pelo governo Dilma — e a Lei do Feminicídio.

Em 2015, praticamente 100% das mulheres sabiam sobre a Lei Maria da Penha. Isso significa que a Lei Maria da Penha penetrou fortemente no imaginário popular e trouxe à tona um debate escamoteado, secundarizado e até negado pela sociedade, o que é, sem dúvida, uma grande vitória. Porém, instrumentos legais devem vir combinados de condições estruturais para seu funcionamento, que vão desde a capacitação dos operadores do Direito sobre o tema até a garantia de estruturas e equipamentos sociais para sua completa aplicação. O Brasil tem mais de 5.550 municípios e apenas 497 delegacias especializadas de atendimento à mulher; 160 núcleos especializados dentro de distritos policiais comuns; 235 centros de referência especializados (atenção social, psicológica e orientação jurídica); 72 casas abrigo; 91 juizados/varas especializadas em violência doméstica; 59 núcleos especializados da Defensoria Pública; e 9 núcleos especializados do Ministério Público. Mesmo assim, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dão conta que a aplicação da Lei Maria da Penha fez com que fossem distribuídos 685.905 procedimentos, realizadas 304.696 audiências, efetuadas 26.416 prisões em flagrante e 4.146 prisões preventivas entre 2006 e 2011.

Embora muitos avanços tenham sido alcançados com a Lei Maria da Penha, ainda hoje, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de países mais violentos contra suas mulheres. No Brasil, entre 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios: ou seja, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h30. Destas, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Outro dado alarmante é que a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Chama atenção que no mesmo período o número de homicídios de mulheres brancas tenha diminuído 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013. Ou seja, é necessário ter em perspectiva que o racismo brasileiro é estrutural e que PPM devem considerar as desigualdades estruturais entre as mulheres, pois, sobre as mulheres negras brasileiras incidem, além do machismo, outra componente estrutural extremamente pesada e cruel: o racismo.

Também a violência sexual segue sendo uma chaga na vida das brasileiras. Em 2014 foram registrados 47.643 casos de estupro em todo o país. O dado representa um estupro a cada 11 minutos (lembrando que na legislação brasileira considera-se estupro qualquer interação sexual não permitida ou de violência presumida, como em menores de 14 anos). Em 89% dos casos as vítimas são do sexo feminino. Do total, 70% são crianças e adolescentes. Em metade das ocorrências envolvendo crianças, há um histórico de estupros anteriores. 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima. Contudo, a partir de informações coletadas em 2011 pelo Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), estima-se que no mínimo 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil e que, destes casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia, o que contribui para a invisibilidade das agressões.

A recente barbárie do estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro chamou atenção de todo o Brasil para este absurdo ao qual as mulheres são diariamente expostas. Estes crimes são resultado da cultura de estupro e de violência contra mulheres que permeiam ainda hoje nossa sociedade machista. Este caso mais recente iluminou um grande entrave à assistência a essas vítimas: a falta de informação e a ineficácia de muitos dos serviços especializados neste tipo de atendimento.

As consequências da violência sexual na vida de uma mulher ou menina são imensuráveis, mas é possível, através de acompanhamento e acolhimento, que elas consigam lidar melhor com esse trauma. Contudo, a rede de serviços é ainda insuficiente para atender o grande número de vítimas e sequer abarca todo o território nacional. A própria Lei nº 12.845/2013, que obriga os hospitais a fazerem o atendimento emergencial e integral das vítimas de violência sexual, encontrou todo o tipo de resistências dos setores conservadores e reacionários, sobretudo fundamentalistas religiosos, sendo o exemplo mais evidente dessa reação o PL 5069/2013, do dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ), derrotado nas ruas pela massiva mobilização das mulheres em todo o Brasil.

Educação

A onda de misoginia atual é um dos fatores que dizem respeito de perto à nossa abordagem sobre a educação em suas diferentes formas. Em nosso 9º Congresso, abordamos a importância da eleição da primeira mulher para a Presidência da República para o combate ao patriarcado no imaginário e na realidade social. No entanto, a sanha do capital reforçou de forma avassaladora a discriminação e a violência contra as mulheres na campanha que fizeram para retirar da presidência Dilma Rousseff. Fortaleceram através dos meios de comunicação e, particularmente, das mídias virtuais, a misoginia e as concepções atrasadas e conservadoras sobre as relações de gênero, a emancipação das mulheres e do conjunto da sociedade.

Importantes questões vêm mobilizando os setores educacionais no Brasil. Ao lado da campanha que desestabilizou o governo democrático e popular, importantes iniciativas em políticas públicas reforçaram este retrocesso, mobilizaram os setores educacionais brasileiros, e, de várias formas, atingiram a vida das mulheres. Dizíamos que “duas importantes questões estão sendo forjadas ao longo deste ano de 2014: a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional, e a realização da Plenária Nacional da Conferência Nacional de Educação, a CONAE 2014, que estabelece os marcos de novo Plano.”

No final de 2014, chegamos à CONAE com um belo resultado da mobilização estimulada em todas as escolas brasileiras para discutir nossas propostas para a construção de políticas que viessem a avançar em uma educação voltada para o tratamento da diversidade com igualdade, para a busca de conceitos e práticas que construíssem uma educação emancipatória para homens e mulheres, de todas as raças/etnias e orientações sexuais. Como já dissemos em nosso 8º Congresso, nossa UBM deu importante contribuição com a iniciativa da realização da Conferência Nacional Livre de Educação e Gênero, realizada juntamente com o MEC e a SPM/PR

Sofremos um golpe violento. Na sociedade, organizou-se hipocritamente um movimento que se autodenominou Escola Sem Partido, todo construído com ódio de classe e ideologia conservadora, patriarcal, misógina, racista e lgbtfóbica. Sentido-se fortalecidos devido ao êxito no Parlamento, muitos defensores deste tipo de Escola, tem incorrido na prática de crimes de racismo e de misoginia. No Parlamento, as bancadas vinculadas a este padrão de pensamento aprovaram a exclusão da promoção da Igualdade de

Gênero e de Orientação Sexual no PNE em finais de 2015. Também significou violento golpe na ação progressista das políticas públicas a extinção da SECADI/MEC, realizada pelo governo golpista.

Os atrasos estimulados direta ou indiretamente pelos promotores do golpe contra o povo brasileiro continuaram a atingir a educação com a venda de patrimônio nacional na Petrobras e no Pré-sal, com a diminuição das verbas do bolsa família e com o aumento do desemprego, que retiram da escola jovens, mulheres e negras e negros, e a população em geral.

Na área da Educação, estão colocadas para nós a vigilância permanente e a luta constante contra as práticas de discriminação de gênero e raça que existem nas escolas, em todas as suas instâncias e espaços. Por exemplo, a relação existente entre desvalorização e precarização do trabalho na educação básica com o fato de a maioria esmagadora das profissionais que aí trabalham serem mulheres; ou os livros didáticos, que não trazem as mulheres como protagonistas nas diferentes áreas do conhecimento; as práticas pedagógicas, nos recreios, nas brincadeiras, nas dinâmicas em sala de aula, carregam em si a força da cultura impregnada na educação de profissionais que muitas vezes ainda não tiveram acesso a uma abordagem mais crítica. Além da televisão, do rádio, das redes, todos os textos visuais, que precisam de nosso estado de alerta permanente para criticá-los sob a perspectiva de gênero, raça e orientação sexual.

Mas esta construção, que passa pela criação de núcleos de avaliação de livros e materiais didáticos; que passa por combater a concentração das mulheres nas carreiras “femininas”, estimulando sua inserção e permanência em todas as carreiras; que implica trabalhar pela valorização da carreira docente, principalmente da educação infantil e básica, também exige que estejamos alertas e presentes, nas câmaras, nas assembleias, no congresso nacional, onde são construídas e chanceladas as políticas públicas que solidificarão o preconceito ou criarão condições para construirmos uma educação emancipatória.

Direitos sexuais e direitos reprodutivos

Apesar da garantia constitucional do direito das brasileiras ao planejamento familiar, este ainda é um dos grandes tabus no Brasil. Em uma sociedade machista e patriarcal como a nossa, onde a sexualidade feminina só tem espaço se estiver a serviço do prazer masculino, garantir que as mulheres tenham garantidos seus direitos sexuais e direitos reprodutivos segue um grande desafio. Não há educação sexual nas escolas e a distribuição de contraceptivos pelo SUS ainda é irregular, sendo que em muitos lugares ela sequer é feita. O aborto segue sendo crime, com apenas três permissivos legais: gravidezes decorrentes de estupro, risco de morte para a gestante e feto portador de anomalia incompatível com a vida. Entretanto, a rede de serviços de aborto legal segue sendo insuficiente para a demanda. Há mesmo estados inteiros que não dispõem de um único serviço de aborto legal e muitas mulheres sequer conhecem seu direito ao aborto previsto em lei.

Por outro lado, os abortos ilegais e inseguros seguem sendo a quarta causa de morte materna no Brasil. A cada ano, estima-se que mais de 1 milhão de mulheres interrompam voluntariamente uma gravidez no Brasil e, devido à criminalização da prática, acabam por fazê-lo em condições clandestinas, colocando em risco sua saúde e sua vida, ou seja, a criminalização do aborto representa um grave problema de saúde pública. Além disso, a criminalização do aborto atende a uma visão conservadora de sociedade, na qual as mulheres têm a maternidade como missão e principal (ou única) contribuição à sociedade. Uma visão segundo a qual as mulheres não teriam direito de decidir sobre seus próprios corpos e suas vidas e teriam na maternidade um destino inevitável. Ou seja, nesta quadra histórica de avanço do conservadorismo econômico e nos costumes,

é necessário reafirmar o aborto como um direito humano das mulheres, da mesma forma que o acesso irrestrito aos métodos contraceptivos, incluindo os de emergência.

Ao mesmo tempo, as mulheres que decidem ter filhos encontram imensas dificuldades, sejam elas no atendimento à saúde da gestante, parturiente e puérpera, seja no apoio social à maternagem. O déficit de vagas em creches ainda é grande e não são raros os casos de mulheres que são constrangidas por terceiros ao amamentarem em público. Apesar de tentativas governamentais como o Rede Cegonha e da lei que institui que é um direito das mulheres terem disponível o leito onde irão parir, o périplo em busca de leito hospitalar na hora do parto ainda é uma chaga no Brasil. Mulheres parindo em filas de espera não são incomuns, o que representa um risco para a saúde tanto da parturiente quanto do recém-nascido. Além disso, o Brasil ainda apresenta índices ostensivos de violência obstétrica. Mais uma vez, salta aos olhos o racismo institucional: uma em cada quatro mulheres reporta ter sofrido algum tipo de violência na hora do parto, destas, 65,9% são mulheres negras. Dados do SUS informam que parturientes negras recebem menos anestesia que parturientes brancas, neste e em outros procedimentos dolorosos e/ou desnecessários que configuram violência obstétrica as mulheres negras estão sobrerrepresentadas em relação às vítimas brancas. Mais uma vez, recai sobre as mulheres negras a dura carga do entrelace entre machismo e racismo. Além disso, o Brasil apresenta números altíssimos de cesarianas. Essa “cultura da cesárea” que tem sido criada em nosso país desvaloriza um processo fisiológico e natural ao substituí-lo por um ato cirúrgico expondo a mãe e o bebê a riscos desnecessários. Esses fenômenos são indicativos de uma cultura de parto equivocada e misógina que inda permeia nossos serviços de saúde públicos e privados.

LBT

Ser lésbica, bissexual ou travesti seguem sendo perseguidos como práticas socialmente condenáveis, por vezes punidas com violências tais como estupros corretivos, espancamentos e mesmo assassinatos. O Brasil é um dos países mais violentos contra a população LGBT e o que mais mata travestis e transexuais. 2016 foi o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT: foram 347 mortes, ou seja, a cada 25 horas, uma pessoa LGBT morreu vítima de violência no Brasil em 2016. Entretanto, como faltam estatísticas oficiais, estes números estão ainda subnotificados. Esta subnotificação mascara a violência.

As próprias polícias não possuem sistema ou protocolo para inserir termos relativos a sexualidade em seus boletins, o que dificulta o levantamento de dados e as investigações. O relatório aponta, por exemplo, que menos de 10% dos casos tiveram processo aberto para investigação e apenas 17% dos homicídios contabilizados tiveram o autor identificado. Ou seja, apenas em 60 casos. Quando se fala de vulnerabilidade, as travestis e transexuais seguem sendo a população que mais sofre violência.

Proporcionalmente, uma pessoa transgênero tem 14 vezes mais chance de ser assassinada do que um homem gay. Os homens gays são o grupo que registrou maior número de mortes em 2016: 173. Seguido por trans e travestis, com 144. Houve 10 vítimas identificadas como lésbicas, 4 bissexuais e 12 heterossexuais – pessoas do sexo oposto em relacionamento com pessoas trans ou que morreram por defender LGBTs, como foi o caso do ambulante assassinado no metrô de São Paulo, na noite de Natal.

Mulheres negras

As Mulheres Negras estiveram no processo de construção de grandes vitórias, como a Lei nº 8.080, de 19/09/1990 - Sistema Único de Saúde (SUS), nas Diretas Já, na Constituição Brasileira de 1988, na construção dos Órgão Regulatórios de Defesa de Direitos das Mulheres e da População Negra, como CPDCN (Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra), Conselhos (Estadual e Nacional) de Políticas para as Mulheres, na defesa dos Marcos Regulatórios de inúmeras ordens, como a exemplo, Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a defesa da SPM e SEPPIR (órgão governamentais de status Ministeriais criados em 2003, consequentemente), e outras conquistas de variadas ordens que se entrelaçam no processo dos direitos civis e políticos.

A população negra constitui 54% da nação. Entre os mais pobres, a cada quatro pessoas, três são pessoas negras. Em 2015, somente 12,8% da população negra chegou ao nível superior, enquanto os brancos de nível superior eram 26,5% do total no mesmo ano. Esta dificuldade é reflexo das altas taxas de evasão escolar no ensino fundamental, por conta das altas taxas de repetência ao longo da vida, condições acentuadas pelo abandono do estado, onde um dos itens é a fome e a pobreza extrema.

Pessoas pretas e pardas têm mais probabilidade de viver em lares de condições precárias — sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo —, em relação à população que se autodeclara branca. Em mais da metade das casas, negras e negros também não tem máquinas de lavar roupa, presente em três a cada dez lares de pessoas brancas.

Apesar da desigualdade, houve melhorias nos últimos anos: no Saneamento, o percentual de negros atendidos subiu de 44,2% para 55,3%, enquanto o atendimento de lares brancos aumentou de 64,8% para 71,9%. Já o serviço de iluminação está universalizado, cobrindo 99,96% do país, sendo que em 2015, a cobertura chegava a 83,5% das casas, principalmente em áreas urbanas.

Nos últimos anos foram várias as vitórias específicas: na Educação a Lei 10639/2003 e 11.645/2008 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”) e a Lei de Cotas (Ação Afirmativa), na Saúde, Portaria Interministerial PORTARIA Nº 992/2009 da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, no Enfrentamento ao Racismo, a Lei Caó LEI Nº 7.716/1989, o Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.888/2010 (mesmo com subtrações de emendas significativas), a Lei de Cotas no Serviço Público, Plano de Promoção de Igualdade Racial e o SINAPIR – Sistema Nacional de Políticas de Igualdade Racial, Política Nacional de Comunidades Tradicionais, SOS Racismo, no Trabalho, a Lei do Empregado Doméstico.

No trabalho são as mulheres negras que ocupam a base da pirâmide da desigualdade, ganhando em relação ao homem branco 54,6% (topo da pirâmide) a menos e em relação ao homem negro, seus vencimentos são de 30%, evidenciando a opressão. Na sobreposição das desigualdades no trabalho continua assim a pirâmide: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra.

Retomamos aqui a questão da trabalhadora doméstica negra, que merece destaque particular uma vez que 63% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras. Com o avanço legislativo na aprovação da Lei do Empregado Doméstico, houve uma melhora na estrutura de proteção social do emprego doméstico. Em média, somente quatro em cada dez trabalhadoras domésticas estavam protegidas, e seus rendimentos médios se revelaram inferiores ao salário mínimo. Cresceu a proporção de trabalhadoras que prestam serviços em mais de um domicílio, de 21,4% há dez anos, para 31,1% atualmente, mostrando um aumento da composição das trabalhadoras diaristas ante as de emprego fixo.

As diferenças foram significativas na taxa de desocupação entre homens (10,7%) e mulheres (13,8%) no 4º trimestre de 2016. Segundo dados do Dieese sobre o desemprego, o caso das mulheres pretas é de 14%, o dobro da taxa de desempregados entre os homens brancos, de 6,9%. A de mulheres pardas, com a segunda taxa mais baixa, é de 13%, mais alta do que as desempregadas entre as mulheres brancas, 9,7%. Reflexo de um período de retirada de direitos, do racismo estrutural, como a Reforma Trabalhista, piora a situação das mulheres negras no mercado de trabalho, por conta dos menores salários e taxa de desemprego duas vezes maior que a dos homens brancos.

Apontadas como SUS dependentes, no setor de Saúde, as mulheres negras sofrem com o tempo reduzido de atendimento para consultas, as negligências nos procedimentos que requerem anestésias, na falta de medicamentos específicos e com a mortalidade materna, onde são 60% das vítimas. Somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante os partos e a violência obstétrica atinge 65,9%. Adoecem e morrem em maior número pelo abandono do Estado, evidenciando a violência do racismo Institucional. O adoecimento está também relacionado ao trauma frequentedeperder filhos e entes queridos alvejados pelas forças policiais, desenvolvendo,consequentemente, inúmeros transtornos psicossociais. O Brasil é o que mais mata jovens pois são 30.000 jovens ao ano, sendo que,destes, 23.100 são jovens negros de 15 a 29 anos (77% pretos e pardos), 63 por dia,ou 1 a cada 23 minutos.

Mulher e Mídia

A batalha pela democratização dos meios de comunicação é uma agenda urgente pela democratização do país, e o locus privilegiado para a disputa de novas consciências, novos valores, onde as mulheres possam ser encaradas como sujeitos de direitos, autônomos, respeitadas em todo o potencial que têm para o desenvolvimento nacional, em todas as áreas e campos de atuação, alcançando os postos de poder, protagonizando também as mudanças de que o país tanto necessita. Para tal, é necessário que elas possam se ver assim, se enxergar enquanto esse sujeito nas novelas, nos jornais, nos textos publicados, na publicidade. Precisamos que a comunicação seja plural, com o governo federal distribuindo mais e melhor a verba da publicidade federal.

A concentração dos meios de comunicação de massa em apenas poucas famílias representa um grave entrave à plenitude da nossa democracia e da pluralidade de opiniões. Mega corporações de comunicação, tais como Globo, Folha de S. Paulo, Estadão, Veja, Bandeirantes, SBT, Record, têm o domínio da quase totalidade do que é veiculado entre rádios, jornais impressos, televisões e portais da internet, e, por isso, conseguem ter grande poder sobre a agenda política e a opinião pública no país. Não são apenas órgãos de imprensa, mas também empresas, com objetivos, lado e projeto de classes, gênero e raça definidos – basta observarmos o apoio entusiasmado de O Globo, Folha e Estadão ao Golpe de 64. Não apenas noticiaram os Golpes de 1964 e 2016: clamaram por eles.

A agenda conservadora imposta pela mídia não se restringe apenas à agenda política strictu-sensu. A mídia tem o poder de formar corações e mentes através do espectro de rádio difusão, incutir valores, promover noções de certo e errado, belo e feio, ou socialmente aceito e socialmente rejeitado. E é neste sentido que os meios de comunicação são especialmente cruéis com as mulheres, pois expressa exatamente a ideologia da elite brasileira: classista, patriarcal e racista. Recente pesquisa do IPEA apontou que 65% dos homens consideram que é “justificável uma mulher ser estuprada a depender das roupas que usa”. O quereforça a necessidade de disputar valores.

As mulheres não se veem representadas em sua pluralidade, sua diversidade nos meios de comunicação. Ao contrário, se deparam com um padrão inatingível de beleza, onde apenas a mulher branca, loira, alta, magra e jovem - ou pequeníssimas variações dentro disso - parecem ser consideradas bonitas e desejáveis. Do ponto de vista comportamental, este também parece ser ainda o principal lugar social da mulher, geralmente retratada ainda como objeto de desejo sexual masculino, raramente de alguma inteligência, perpetuando ou mesmo incentivando seculares preconceitos e violências contra as mulheres. A imagem social da mulher na mídia ainda guarda íntima relação com a noção de cuidado, de doméstico, de inferioridade e subalternidade em relação ao homem. Tal ideologia, quando entrelaçada às opressões de classe e racial, é substancialmente perniciosa para as mulheres negras, sempre retratadas de forma objetificada edesumanizada, hiper-sexualizada e completamente fora de qualquer lugar de poder e protagonismo.

Os setores conservadores utilizaram dos preceitos mais opressores e estereotipados da cultura patriarcal para fragilizar a imagem da presidenta Dilma Rousseff— mulher forte e decidida —, colaborando como golpe escandaloso que a afastou do poder,atendendo, assim, aos interesses do capital financeiro internacional. Mas a misoginia da campanha midiática anti-Dilma fez realçar os preconceitos contra a mulher arraigados em nossa cultura e mostrou como ainda há forte resistência contra as mulheres ocuparem espaços de poder em nosso país.

A grande mídia corporativa brasileira lançou mão de todas as armas em sua campanha para paralisar as políticas públicas que — de forma ainda insuficiente — repartiam o orçamento do Estado com setores mais pobres da população, as mulheres, negros/as, LGBTs etc. Além disso, junto com a internet e redes sociais, é a principal disseminadora de uma cada vez mais crescente e opressora mercantilização dos corpos, dos afetos, das experiências e das vidas de todos os seres humanos na face da Terra. É neste quadro que reafirmamos a bandeira da democratização dos meios de comunicação no Brasil, paradistribuir a possibilidade de acesso à produção de imagens e conteúdos que atendam às perspectivas de outros setores sociais.

MOVIMENTO FEMINISTA

Faces do feminismo no Brasil

O feminismo passa por um momento inédito em sua história. Difunde-se e dissemina-se entre milhões de mulheres em todo o mundo, sobretudo após o advento das redes sociais. Muitas discussões e debates, antes circunscritos à esfera, muitas vezes, restrita dos movimentos feministas, ganham força na postura combativa de inúmeras meninas mulheres, que hoje reivindicam o feminismo como elemento libertador da opressão de gênero. O que outrora era uma pesada pecha, hoje é sustentado como título honorário por muitas mulheres. E ser “feminista” perdeu parte de sua dura carga de preconceitos.

Este é um fenômeno aparentemente positivo, sem dúvida. Contudo, é necessário jogar luz sobre a profusão imensa das diversas faces do feminismo que pululam das redes sociais e das nascentes organizações e coletivos que reivindicam o feminismo Brasil afora.

Essas novas formas de resistência contribuem para a luta feminista, embora, na maioria das vezes, circunscritas à dimensão cultural da batalha, o que é importante, ainda que não suficiente — afinal a opressão da mulher não é um fenômeno apenas cultural, mas tem bases bastante sólidas na sociedade e se fundamenta, em última instância, na divisão desigual do trabalho e na propriedade privada —. Ainda assim,

um sem número de figuras atuando para desmascarar as formas cotidianas, corriqueiras, como o machismo se manifesta, ajuda a deslindar algo que era, até o surgimento do feminismo, invisível.

Contudo, a limitação destas faces “espontâneas” do feminismo é latente. Incapazes de colocar a disputa do Estado na agenda ou de compreender as bases históricas da opressão da mulher, restringem-se a um tipo de denunciismo que vem demonstrando, na prática, pouca ou nenhuma capacidade transformadora. Contraditoriamente, em muitos momentos, vêm colaborando para o cerco e isolamento do movimento feminista na sociedade, uma vez que não são raros discursos eivados de sexismo e até misandria, sem uma única proposta de transformação estruturante na sociedade para além de acusações e patrulha contra comportamentos machistas ou avaliados subjetivamente como tal. Muitos restritos a defender um empoderamento e emancipação individual da mulher, como se fosse possível às mulheres serem livres individualmente sob um sistema opressor e estruturalmente desigual como o capitalismo. Sob o verniz frágil das novas formas contemporâneas de luta social, o velho e impotente feminismo liberal.

Muitos desses coletivos e páginas têm por base um reducionismo biológico da questão, como se a opressão da mulher fosse se resolver numa luta entre os sexos e, no outro extremo, há concepções culturalistas que ignoram as bases material e biológica da divisão sexual do trabalho. O feminismo brasileiro, cuja gênese tem forte lastro de esquerda, vem cada vez mais se fragmentando e abandonando seu potencial revolucionário. Além do processo de institucionalização do movimento feminista das últimas décadas, houve também um forte processo de atomização das pautas e bandeiras e o esvaziamento da categoria trabalho como central, seguindo os preceitos do neoliberalismo. Disto decorre que, sob a necessidade de dar concretude às especificidades das mulheres em suas relações de classe, raça, orientação sexual — absolutamente necessárias — surgem discursos de fragmentação e segmentação do sujeito do feminismo, até a atomização total e seu consequente enfraquecimento enquanto luta coletiva.

Para além disso, o processo de mercantilização de bandeiras e lutas avança rapidamente sobre o feminismo e as mulheres. Marcas vendem seus produtos sob a consigna do “empoderamento feminino” e, cada vez mais, há serviços especiais para mulheres (de taxi “feminista” a cerveja “para mulher”). Ou seja, também a tomada de consciência do ser mulher e o feminismo estão sendo cooptados e transformados em uma marca rentável ao capital. O que talvez ajude também a explicar a súbita expansão do feminismo entre a sociedade, além, é claro, do maior protagonismo conquistado pelas mulheres com as políticas sociais de Lula e Dilma.

O feminismo vive hoje uma encruzilhada, na qual há disputas teóricas, políticas e metodológicas. O feminismo está em disputa assim como a sociedade está em disputa. O ciclo político vivido no Brasil nos últimos 30 anos criou uma verdadeira polissemia feminista e, em muitos momentos, o discurso se descola da vida concreta e lança as mulheres — ou o debate sobre elas — para fora da realidade concreta, num discurso falsamente libertário.

Por isso, é necessário que ao feminismo emancipacionista se apresente para esta imensa quantidade de mulheres, lutadoras do povo que encontraram no feminismo mais do que apenas uma forma de expressão performática, mas também um canal de luta social e política para superar radicalmente a opressão das mulheres. Só a unidade em torno de um projeto de superação do próprio sistema capitalista e a construção de uma sociedade de novo tipo, que seja capaz de resolver estruturalmente a questão específica em seu entrelaçamento com as lutas gerais.

Para o feminismo emancipacionista, o socialismo é o sistema capaz de abrir flanco para a eliminação das desigualdades sociais e libertar as mulheres. Isso não significa que será automático, pois também não há um

reflexo direto entre base e superestrutura. Ou seja, deve-se, sim, lutar por mais direitos realizáveis aqui e agora, mas sem perder de vista o horizonte histórico de superação desta sociedade calcada na exploração e na opressão. Ou seja, para as mulheres alcançarem a igualdade de gênero, só o socialismo não é suficiente, mas sem o socialismo, não é possível. Por isso, a luta das mulheres tem de ser política, social e ideológica pela transformação radical da sociedade, colocando desde já a questão da opressão específica das mulheres na agenda da luta socialista.

O emancipacionismo não pode cair no jogo liberal conservador que encurrala o feminismo em uma agenda fragmentária que nada tem a ver com a defesa de direitos, ou no mínimo, passa longe. O desafio do feminismo emancipacionista é conhecer o Brasil profundo, que passa por um retrocesso brutal. É falar às massas de trabalhadoras e trabalhadores deste país. Hoje, no Brasil, a principal bandeira feminista deve ser a defesa intransigente da democracia.

União Brasileira de Mulheres

Nascida de um processo de enfrentamento às forças reacionárias na década de 1980, a UBM se afirma no cenário nacional lutando contra o machismo e o conservadorismo. Hoje a UBM está organizada em todo o território nacional com entidades ou núcleos estaduais e em dezenas de cidades, e com **representação em instancias de âmbito nacional e internacional: CNDM** (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), **CNS** (Conselho Nacional de Saúde), **CONJUV** (Conselho Nacional de Juventude), **CNDH** (Conselho Nacional de Direitos Humanos/ 1ª suplência), **FNPE** (Fórum Nacional Popular de Educação), Marcha das Margaridas, **COALISÃO** pela Reforma Política Democrática, **FBP** (Frente Brasil Popular), **FPSM** (Frente Povo Sem Medo), **Frente Ampla pelas Eleições Diretas Já**, **FDIM** (Federação Democrática Internacional de Mulheres), **Conselho Internacional do Fórum Social Mundial**, **Mercosul** (Unidade e Participação Social), **UNASUL** (União das Nações Sul-Americanas) e **ALBA** (Alternativa Bolivariana para as Américas).

Com raízes que crescem horizontal e verticalmente, a UBM é uma organização que trava a luta política pela emancipação das mulheres e de todo o povo. Neste difícil momento da vida política nacional, quando nossa linha política de ação foi violentamente golpeada pelos/as agentes do capital financeiro internacional e o governo golpista mostra uma face cada vez mais fascista, a UBM tem se orientado pelo imperioso combate a esta situação.

A linha de ação da UBM deve ser a defesa da unidade de amplos setores para derrotar o consórcio golpista. Ocupar as ruas junto com as centrais sindicais, os movimentos sociais e todo o povo trabalhador organizado, para pressionar a aliança golpista, procurando barrar os retrocessos que têm atingido as políticas dirigidas ao povo trabalhador e especificamente às mulheres.

Para isso, é imprescindível a organização em núcleos, bem como o fortalecimento das direções: municipais, estadual e nacional. Ter vida orgânica, reuniões regulares, com tarefas definidas e prestação de contas regulares ao coletivo. Os núcleos devem possuir vida orgânica e iniciativa próprias, ser orientados politicamente pela instância dirigente, mas sem tutela das instâncias superiores, que podem conduzir ao imobilismo.

04 a 06
AGOSTO
SALVADOR-BA

10º CONGRESSO NACIONAL DA UBM GILSE COSENZA

EM DEFESA DA DEMOCRACIA! NENHUM DIREITO A MENOS!



Ganha relevo também os espaços de controle social, como conselhos de direitos da mulher, de saúde etc. Na atual quadra histórica de retirada de direitos, são espaços importantes de resistência, enfrentamento e articulação. Em que pesem possíveis discordâncias com o conjunto das outras forças organizadas no movimento feminista, é necessário também construir canais de diálogo e unidade com outras organizações feministas.

O debate político deve ser feito especialmente junto ao povo, e a garantia do sucesso está diretamente ligada ao estreitamento dos laços que conseguirmos criar com cada mulher, em núcleos organizativos que nos aproximem pela identidade do cotidiano (moradia, trabalho, estudo, segmento profissional etc), pelas necessidades comuns, pelo futuro que conseguirmos vislumbrar juntas. Estreitar os laços com o povo, aumentar a consciência dos rumos políticos que interessam aos setores de classe atingidos pelo golpe político-econômico que vivemos, entre eles as mulheres, garantirá o sucesso de nossas manifestações e a força necessária às mudanças que nos garantam dignidade enquanto existência humana.

Seguiremos lutando por um mundo de igualdade, contra toda opressão!